



Apresentação

Um livro infantil continua sendo “literatura infantil” quando lido por um adulto? E o livro adulto, quando lido por uma criança, passa a ser “literatura infantil”? Vista como um subsistema literário dentro de um conjunto maior que poderia ser chamado de “literatura geral”, ou ainda, “literatura *latu sensu*”, a literatura infantil carrega uma especificidade peculiar: “os textos para crianças parecem oferecer a expressão mais forte de uma palavra viva, que é a única capaz de salvar as sensibilidades ganhas pela abstração e o espírito do sistema” (PERROT, 2004, p. 326). Diferentemente das literaturas nacionais, que são definidas pela nacionalidade de origem de seus autores e pela materialidade do código linguístico do qual se utilizam, a literatura infantil define-se não no nível da textualidade, mas em função dos atores sociais envolvidos na sua produção e recepção, assim como por seu *leitor implícito*: um livro infantil é escrito por adultos e destinado a crianças¹. E, tal como salienta Jean Perrot, “as relações crianças-adultos regem-se por mitos que têm uma verdadeira função de regulação crítica” (2004, p. 341).

Uma das principais características da literatura infantil é sua assimetria no que diz respeito ao fluxo produtor-receptor. Perrot (2004) afirma que, justamente por esta instabilidade da identidade de seu leitor (ao fim e ao cabo, toda a criança deixará de ser criança e se tornará um adulto), a literatura infantil despertou muito pouca atenção por parte da crítica e da teoria literária até o início do século XX. Lida e consumida por crianças, a literatura infantil é, no

¹ Importantes discussões sobre a definição da literatura infantil como objeto de investigação científica são realizadas em ARIÈS, *História social da criança e da família* (1981); BENJAMIN, “Visão do livro infantil” (2002) e BETTELHEIM, *A psicanálise dos contos de fadas* (2000).

entanto, escrita por adultos. Estes adultos, ao escreverem, presumem um determinado tipo de leitor infantil:

Instead, the main characteristics distinguishing children's literature from general literature – in particular the fact that it is written or adapted specifically for children by adults, and the asymmetry of communication between the parties involved which arises from this assignment of texts by adults to children – call for a comparative approach specific to children's literature which differs in certain areas from mainstream comparative literature (O'SULLIVAN, 2005, p. 1).

Uma das premissas elementares no campo dos estudos sobre a literatura infantil é a existência de um *corpus* de “clássicos”, isto é, um cânone infantil reiteradamente tomado pela crítica como “universal”. Subjacente a esta premissa, e em nome da “universalidade” deste cânone, apaga-se o fato de que os autores de literatura infantil são oriundos de distintos espaços geográficos e de diferentes temporalidades históricas. Apaga-se também o fato de que, muitas vezes, os textos tomados como “clássicos” e “universais”, justamente por terem sido produzidos em diferentes contextos e em diferentes línguas, são extensivamente traduzidos e adaptados, fazendo com que, muitas vezes, um mesmo livro, ao circular por diferentes espaços geográficos, seja radicalmente diferente de si mesmo, em função das modificações e adaptações feitas sobre a materialidade do texto, por diferentes tradutores, nos processos de transferência de uma língua/cultura para outra.

A ideia de uma infância atemporal e universal é uma construção romântica. *Émile* (de J. J. Rousseau) é uma das obras fundamentais na construção do mito da universalidade da infância moderna como uma condição de inocência natural, inocência esta que somente se torna passível de maldade e de corrupção a partir do mergulho da criança nas más influências da cultura. Esta é mesma concepção de infância sobre a qual Paul Hazard fundamentará sua defesa com relação a como um *corpus* internacional de literatura infantil estrutura uma espécie de identidade monolítica, uma “república mundial da infância”, des-historicizada e atemporal.

Children's books keep alive a sense of nationality; but they also keep alive a sense of humanity. They describe their native land lovingly, but they also describe faraway lands where unknown brothers live. They understand the essential quality of their own race; but each of them is a messenger that goes beyond mountains and rivers, beyond the seas, to the very ends of the world in search of new friendships. Every country gives and every country receives – innumerable are the exchanges – and so it comes about that in our first impressionable years the universal republic of childhood is born (HAZARD, 1944, p. 146).

A base que sustenta a “república mundial da infância” da Paul Hazard, que extrapola os limites nacionais, as diferentes temporalidades históricas e os diferentes espaços nacionais e geográficos é o ideal romântico de infância, a mesma infância tematizada por J. J. Rousseau. A perda que se gera com tal concepção de um cânone universal é o apagamento e o silenciamento das diferenças culturais, *conditio sine qua non* para a emergência de um cânone universal de clássicos infantis. As contingências da infância, tais como as de classe, raça, gênero, localização geopolítica e momento histórico terminam por ser deixadas de lado. Da mesma maneira, perde-se de vista que a categoria *infância* não tem uma única gênese, uma vez que diferentes espaços geográficos e em diferentes momentos históricos lidam de maneiras radicalmente diferentes com o constructo *infância*. Em suma, é impossível pensar em uma infância universal e atemporal. Ser criança na favela carioca não é o mesmo que ser criança em Beverly Hills ou em Tóquio, da mesma maneira que a definição de *criança* na Baixa Idade Média é radicalmente diferente daquela com a qual se opera no mundo ocidental no final do século XX. Neste sentido, igualmente diferentes e inconciliáveis são as noções de infância articuladas na obra de escritores do nordeste brasileiro, das nações periféricas da Europa, da África Austral ou do subcontinente indiano.

A Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, tornando obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena em todos os estabelecimentos de Ensino Fundamental e Médio públicos e privados do Brasil. A Lei nº 11.645 explicita ainda o lugar

privilegiado das disciplinas de literatura, história e educação artística para a articulação desta discussão. Objetivando a produção de massa crítica em torno desta temática marcada pela interdisciplinaridade, articulando questões caras tanto à literatura quanto à educação, a revista *Nau Literária* propôs para o dossiê do número que ora se apresenta ao público o tema *Literatura infantil e alteridade no mundo lusófono*. Como se dá a representação da diferença na literatura infantil dos países lusófonos? De que maneiras a produção recente no campo da literatura infantil está sendo pensada pelos escritores africanos e afrobrasileiros como *lócus* enunciativo, e quais as consequências disso na materialidade do texto literário? Como a questão das relações étnico-raciais e das relações de gênero é trabalhada na literatura infantil dos países lusófonos? Quais as condições de circulação e recepção, no Brasil e em Portugal, da literatura infantil escrita por autores africanos, e vice-versa? Quais são as problematizações articuladas na literatura infantil acerca da representação dos povos originários da América Latina? Como se apresenta o embate entre a tradição, a modernidade e a pós-colonialidade na literatura infantil dos países lusófonos?

Estas foram algumas das provocações que lançamos aos colaboradores do dossiê temático deste número. Tais questões norteadoras foram propostas não como diretrizes fixas, mas como provocações intelectuais que se desdobram e se capilarizam em outros subtemas, relacionando a literatura infantil à pauta de discussões dos estudos culturais e das teorias contemporâneas. O presente dossiê está composto por seis artigos. Em “A literatura infantil e a infância em *Menino de engenho*”, Alaim Souza Neto e Geovana Mendonça Lunardi Mendes procuram problematizar a relação e o potencial da narração e do brinqueado na infância à luz da obra *Menino de engenho*, de José Lins do Rego, como processos interventivos de caráter positivo para ser criança. O artigo está fundamentado em estudos bibliográficos, fazendo uma abordagem descritiva. No primeiro item, busca-se percorrer o caminho trilhado pela narração até a

literatura infantil, este como fonte de apropriação da cultura e na cultura à criança. A concepção de infância em *Menino de engenho* é o que impulsiona o desenvolvimento do artigo, e tal movimento se dá por meio das relações acentuadas de “poder” do próprio menino de engenho sobre o moleque, as narrativas e a importância do brinquedo na infância, bem como, suas influências na personalidade da criança.

Erica Cristina Bispo assina o artigo “Infância, violência e ‘guineidades’”, no qual aborda os processos através dos quais o colonialismo e o pós-colonialismo geraram uma nova concepção de infância, que é encurtada e/ou apagada por razões sócio-políticas. A violência do colonismo português em Guiné-Bissau, a luta pela independência e a distopia pós-colonial colaboraram para o ingresso de crianças no mercado do trabalho, legalizado ou não. Sob esse cenário, a literatura contemporânea bissau-guineense delineia a imagem da criança em diferentes aspectos. Através deste prisma, são analisadas obras de Odete Semedo, Tony Tcheka e Abdulai Sila no que diz respeito à temática e à problemática da infância.

Em “Leitura(s) de *O gato e o escuro*, de Mia Couto”, Flavio García de Almeida e Luciana Morais da Silva detêm-se sobre a obra de Mia Couto, avaliando como o mesmo convida seu leitor a adentrar novas e outras sendas, transportando-se por (re)invenções da linguagem. Ao produzir veredas imagéticas e caminhar por essa língua mais sua, marcada culturalmente, Mia Couto revelaria um pouco de si e, também, do Outro, que está fora e dentro, compondo-o. Ao fazer isso, torna, por exemplo, perceptíveis os sentidos reticentes na escritura de *O gato e o escuro*, na qual um jovem gatinho, à semelhança do próprio autor, revela sua curiosidade de caminhar pelo “outro lado”, tocando os muros que se interpõem entre o seu Eu e o (seu) Outro. O Escuro, personificado, lamenta sua condição, aparentemente invejada pelo gatinho curioso. Mas, com possibilidades mescladas e espaços de troca e hibridismo, os mundos de “lá” e “cá” se completam.

A tradição oral nas oralidades de matriz afrobrasileira é o objeto de investigação de Celso Sisto Silva, em seu artigo intitulado “O mar da alteridade e o lastro da recriação dos contos africanos de transmissão oral em Rogério Andrade Barbosa”. Neste artigo é abordada a contribuição das matrizes africanas na literatura infantil brasileira, propondo uma leitura da obra “Duula, a mulher canibal”, de Rogério Andrade Barbosa. Pelo exercício da recriação empreendido baseado no modelo do conto popular, Celso Sisto Silva discute os universos cultural, ético e estético da referida obra, aproximando-a, por fim, das teorias de Stuart Hall.

A literatura infanto-juvenil portuguesa é discutida por Carlos Manuel Nogueira e Geice Peres Nunes em “Os romances infanto-juvenis de António Mota”, em artigo que privilegia a discussão da infância através das personagens criadas pelo romancista português. Nos livros de António Mota, o autor de *Pedro Alecrim*, a vida aparece como um permanente e plural desafio, a que cada personagem, a partir da sua individualidade e liberdade, responde enquanto ator que se move num complexo quadro familiar e cultural. A dualidade e a tensão interna das personagens atravessam invariavelmente as narrativas, mas impõe-se sempre uma visão apoteótica da vida. O enunciador, gerindo e respeitando as vozes que dizem a proposição irrefutável de que a vida é difícil e injusta, contrapõe às suas próprias dúvidas e medos uma espécie de utopia: a vida só vale a pena se for a constante invenção de um ideal.

Encerrando o dossiê temático, Andrea Cristina Muraro detém-se sobre a poesia angolana, no artigo “Um menino com a boca suja de poesia”, no qual realiza alguns pertinentes apontamentos acerca de *Há prendisajens com o xão*, de autoria do angolano (radicado no Brasil) Ondjaki – pseudônimo de Ndalú de Almeida –, no que diz respeito aos aspectos temáticos e estilísticos desse livro de poesia, que versa acima de tudo sobre as memórias da infância vivida no pós-independência, em Angola.

Dr. Anselmo Peres Alós

(organizador do número)

Referências

- ARIÉS, Philippe. *História social da criança e da família*. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- BENJAMIN, Walter. “Visão do livro infantil”. In: _____. *Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação*. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2002. p. 69-80.
- BETTELHEIM, Bruno. *A psicanálise dos contos de fadas*. 14. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- HAZARD, Paul. *Books, children and men*. Trans. M. Mitchell. Boston: The Horn Book, 1944.
- O’SULLIVAN, Emer. *Comparative children’s literature*. London: Routledge, 2005.
- PERROT, Jean. “A literatura infantil e juvenil”. In: BRUNEL, Pierre e CHEVREL, Yves. *Compêndio de literatura comparada*. Trad. Maria do Rosário Monteiro. Lisboa: Fundação Calouste-Gulbekian, 2004. p. 325-348.
- ROUSSEAU, J. J. *Émile ou de l’éducation*. Le Haye: Néaulme, 1762.